

BIBLIOGRAFIA

M. FARINHA DOS SANTOS, *A «Pré-História de Portugal»*, Lisboa, Ed. Verbo, Lisboa 1972.

«Ici ce qui domine c'est l'unité de la signification, laquelle s'avère ne jamais se résoudre en une pure indication du réel, mais toujours renvoyer à une autre signification. C'est-à-dire que la signification ne se réalise qu'à partir d'une prise des choses qui est d'ensemble».

J. LACAN

OBSERVAÇÕES PRÉVIAS

A oportunidade de um livro é, sem dúvida, de definição delicada. Sobretudo quando se põe à disposição do grande público uma síntese que deverá resumir, forçosamente, o trabalho de muitos especialistas.

Consideremos que existem duas categorias de sínteses. A primeira elabora-se em função dos dados manipulados que se possuem e não tem, de origem, público específico. Trabalho que exige rigor extremo e sólida formação crítica, este salto do concreto ao abstracto, do particular ao geral, subentende a resolução atenta de problemas que lhe são próprios. É então necessária a «imaginação saudável» de que fala François Bordes, veículo no esta-

belecimento de novas hipóteses a verificar.

A segunda categoria de síntese engloba a chamada «divulgação». De intenção definida, visa instruir um vasto público não especializado. Paradoxalmente, as responsabilidades assumidas pelo autor são bem maiores: é imprevisível a reacção do leitor e os erros de leitura têm sempre vida longa.

Entre investigadores se corrigem os erros cometidos na elaboração da primeira categoria. O diálogo estabelece-se, as lacunas preenchem-se, as arestas limam-se, as imperfeições burlam-se.

Os trabalhos integrados na segunda categoria são lidos por um público não informado, que, geralmente, não dispõe da preparação necessária a uma crítica efectiva.

Daí o perigo de uma fácil aceitação de teorias ou hipóteses de consistência duvidosa.

Para estas duas categorias de síntese, dois exemplos.

Primeiro: *Spain and Portugal*, de Hubert Savory, a melhor síntese escrita até hoje sobre a Pré-História da

Península Ibérica. Na via rasgada por Gordon Childe, uma análise quase sempre impecável, apesar da natureza dos dados utilizados. Livro a diversos títulos fascinante: pelos riscos corajosamente assumidos, pela periodização que propõe, pela crítica implacável (mas serena) dos pseudo-arqueólogos e da pseudo-arqueologia.

Segundo: Um livro muito recente (Outubro de 1972), de M. Farinha dos Santos, «A Pré-História de Portugal».

Longa é a história das sínteses na Pré-História portuguesa. Tema a tentar estudiosos de diversos ramos. Tema tratado, sempre, de formas diversas mas, no fundo, bem próximas entre si.

Qual o papel do livro que acaba de sair?

1. *A intenção.* É claramente enunciada em duas passagens da «Introdução»:

a) «modesto trabalho onde apenas se consideram os aspectos essenciais da problemática, por necessidade de enquadramento no espírito divulgador desta colecção». (p. 9)

b) «Dedicamos esta obra à juventude...» (p. 10)

M. Farinha dos Santos pretende, portanto, e explicitamente o anuncia, considerar apenas «os aspectos essenciais da problemática» (o que é bem mais difícil do que parece à primeira vista). Se o conseguiu e se, em caso afirmativo, é possível classificar o seu livro de «singela reconstituição do pas-

sado pré-histórico de Portugal» (p. 9) é o que veremos de seguida.

2. *A estrutura.* É a seguinte:

Introdução

I O PALEOLÍTICO

Paleolítico inferior médio
Arte rupestre paleolítica

II O EPIPALEOLÍTICO

III O NEOLÍTICO

IV O MEGALITISMO

Dólmenes
Arte funerária dolménica
Menires e cromeleques

V MANIFESTAÇÕES ENEOLÍTICAS

Grutas artificiais
Grutas artificiais
As «thóloi»
Povoados fortificados do Eneolítico
Peças votivas eneolíticas
A cultura do vaso campaniforme

VI ARTE RUPESTRE EM ABRIGOS E AO AR LIVRE

VII ESTELAS PROTO-HISTÓRICAS

VIII IDADE DO FERRO

Arquitectura castreja
Monumentos e esculturas da Idade do Ferro

IX OURIVESARIA ARCAICA

Ora, estes nove capítulos que pretendem abranger a Pré-História do

território português constituem, na verdade, categorias visivelmente não coerentes.

Sabemos que a percepção dos fenómenos se faz a diversos níveis mas sempre tomando em conta a possível hierarquização desses mesmos fenómenos. As categorias de percepção procuram, portanto, organizar-se de acordo com os fenómenos que pretendem atingir. Mas em M. Farinha dos Santos podemos, desde já, assinalar uma interessante ambiguidade. Os (capítulos?) n.ºs I, II, III e VIII visam *períodos culturais* (consideravelmente amplos, aliás). O n.º IV refere, porém, um *movimento* que se integra nos períodos referidos em III e V.

Esta duplicidade de critério é ainda reforçada pelos temas dos capítulos VI, VII e IX, que provocam na estrutura do trabalho uma evidente cesura: na mesma unidade descritiva (o capítulo) surgem considerados de igual forma, e como categorias semelhantes, *períodos culturais* (I — O Paleolítico, II — O Epipaleolítico, III — O Neolítico, V — Manifestações Eneolíticas, VIII — Idade do Ferro) — e *fenómenos culturais* (IV — O Megalitismo, VI — Arte rupestre em abrigos e ao ar livre, VII — Estelas proto-históricas, IX — Ourivesaria arcaica).

Num livro destinado «à juventude» impunha-se uma clareza (e rigor) que o esquema não atingiu.

3. *Questões formais.* Num livro destinado «à juventude» as questões formais põem-se de uma maneira diversa da imposta por uma síntese destinada

a especialistas. O vocabulário *tem de ser escolhido de outro modo.* Imprecisões, que os arqueólogos poderiam entender, tornam-se, assim, fonte de dúvida ou especulação.

Escolhi alguns exemplos colhidos no texto que me parecem mostrar bem o cuidado que é necessário assumir quando se escreve para o grande público. Trata-se, sublinho-o, de uma rápida exemplificação. Fácil seria torná-la mais extensa.

As adjectivações hiperbólicas, frequentes no texto, revelam imprecisão vocabular e imaginação duvidosa. Parece-me excessivo falar de «decorativismo esmagador» (p. 94) a propósito das placas de xisto (que não ultrapassam, geralmente, escassos decímetros de comprimento e cuja espessura é de poucos milímetros). Temos de reconhecer que o seu aspecto não é, propriamente... esmagador. É, também, curioso notar o vegetalismo subjacente ao pensamento de F. S. quando escreve que as «chamadas» placas de xisto «*brotaram* no território hoje português» (p. 92).

Bem mais grave, pelo que traduz, pela transposição que representa, a seguinte passagem: «os epipaleolíticos atardaram-se, num recuo cultural *pleno de fatalidade*, durante milénios.» (p. 33, o sublinhado, tal como em todas as outras citações, é meu).

Este «fatalismo» não é coisa nova em História mas, quando surge, traduz sempre o desconhecimento do complexo mecanismo das adaptações ecológicas e da reacção dos grupos humanos

conducente a uma efectiva integração. Resposta em que todos os subsistemas da cultura humana estão empenhados. *Recuo* certamente não houve. Certas opções das comunidades humanas conduzem ou não à estrada maior mas não implicam recuo ou fatalismo. Um *desvio* das linhas que conduzem ao mundo neolítico é mesmo duvidoso. E os concheiros do Tejo e Sado talvez respondam, em breve, a tais interrogações. Aliás, as unidades de recolha intensa e produção mínima constituídas pelos homens do Mesolítico parecem-me ser, muito provavelmente, uma experiência, a verificação de um caminho. O abandono progressivo do relativo nomadismo exigido pela caça provoca necessariamente uma aproximação dos ciclos vegetais, cuja observação conduz a novas formas de subsistência. Falar de «recuo cultural» é, assim, lapso lamentável. Houve, sim, integração ecológica de categoria diversa das precedentes. Não um *recuo*. E falar-se em «fatalidade» é aceitar rótulo perigoso pelas suas conotações.

Aqui e acolá, disseminadas no texto, expressões traduzidas literalmente referenciando impropriamente fenómenos importantes.

Quando F. S. fala de «raspadeira afocinhada» (legenda das figs. 9 a 20, p. 19) ou de híbridos «idealizados convencionalmente», poderá suscitar ao leitor legítimas dúvidas. Mais grave, porém, é o que se diz na legenda a fig. 75 da p. 91. Falar em «Tipos de pontas de seta eneolíticas características do Sul do País» implica um tratamento estatístico de *todas* as pontas

de seta eneolíticas do Sul do País. Tarefa enorme, a exigir anos de trabalho e o uso do computador. F. S. não o fez, certamente. Ora a noção de *tipo* vem das origens da Pré-História como ciência independente e enriqueceu-se de significado, ganhando precisão inegável, com Childe e Clarke.

Num livro destinado «à juventude» há erros a evitar.

4. *Omissões*. Duas omissões graves maculam o livro de Farinha dos Santos.

A primeira é tanto mais despropositada quanto atinge essa mesma juventude a que o livro é destinado.

Em 1971 os jovens que constituíam o GEPP (Grupo para o Estudo do Paleolítico Português) identificaram um importantíssimo conjunto de insculpturas que se distribuíam por rochedos aflorados pelo Tejo. Essas insculpturas, em número impressionante, vinham levantar problemas completamente novos no estudo da arte pré-histórica em Portugal. À fase da prospecção seguiu-se a da preparação do estudo. Maria de los Angeles Querol, Jorge Monteiro, Francisco Sande Lemos, prepararam-se para ela. Em colaboração, E. Cunha Serrão. Pois nem uma frase sobre as circunstâncias da descoberta e sobre os achadores surge no livro de F. S. *Mas encontramos seis belíssimas fotografias* (de J. Justo?) *das insculpturas de Chão da Velha e Fratel*.

Num livro destinado «à juventude» que melhor exemplo a apontar senão este, o do trabalho honesto de um

grupo de jovens alunos da Faculdade de Letras de Lisboa?

Não se reúnem em colóquios de brinqueado mas o seu trabalho aí está, bem visível. Triste é omiti-lo. Triste e injusto.

Outra omissão atinge a tese de licenciatura que defendi em Janeiro de 1970 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, «O Castro da Rotura e o Vaso Campaniforme». O texto resultava de diversas campanhas efectuadas no Castro, sob a responsabilidade do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, e de uma reflexão sistemática sobre alguns pontos até então incorrectamente abordados. A primeira edição — onze exemplares copiografados — foi apresentada, como disse, à Faculdade de Letras. A segunda foi editada em 1971 pela Junta Distrital de Setúbal. 271 páginas, 7 gravuras no texto e XXXVI estampas em fim de volume.

A intenção do trabalho sobre o Castro da Rotura era, evidentemente, dupla, sendo o próprio título claro indicativo do programa seguido: a referenciação dos materiais recolhidos no Castro da Rotura e a sua integração num contexto específico e só na aparência bem definido.

Os materiais não foram, portanto, considerados apenas em si e por si, mas acompanhados de um desmonte crítico das cinco principais teorias «explicativas» do fenómeno campaniforme e de uma panorâmica onde se formulavam questões que tocavam a própria estrutura conceptual da Pré-História como disciplina independente.

Ora a propósito de Campaniforme, F. S. começa no seu livro por dizer:

«Veiga Ferreira publicou em 1966 uma valiosa síntese sobre a cultura do vaso campaniforme, onde equaciona a vasta problemática do assunto e apresenta um útil inventário dos contextos campaniformes do nosso território». (p. 106)

Daí não podermos facilmente concluir se o que se segue parte do trabalho de Veiga Ferreira ou resulta de reflexões próprias a Farinha dos Santos.

Nem uma nem outra das possibilidades corresponde, porém, à verdade.

Vejamos, numa simples comparação, extractos do meu livro «O Castro da Rotura e o Vaso Campaniforme» e da «Pré-História de Portugal».

Victor S. Gonçalves, pp. 121-122.

«Creio razoável a formação de dois grupos (na análise de um vaso decorado):

1. a — Forma (perfil)
 - b — Decoração (...)
2. a — Pasta
 - b — Cozedura
 - c — Acabamento (engobo, incrustação, aguada)».

Farinha dos Santos, p. 106

«...há que atender à forma e à decoração.

Também não se podem desprezar as características da peça em relação à

pastas, à cozedura e aos acabamentos, este último constituído pelo engobo, pela incrustação e pela aguada.»

e ainda

Victor S. Gonçalves, 1971, p. 131

«Encontram-se assim os seguintes grupos em recipientes geralmente ditos «campaniformes»:

1. Cerâmica não decorada mas de perfil campaniforme.»

Farinha dos Santos, 1972, p. 107

«...conhecem-se os seguintes grupos de recipientes campaniforme:

1. Cerâmica lisa, já de perfil campaniforme.»

Victor S. Gonçalves, idem, idem

- «2. Cerâmica tipicamente campaniforme (perfil e decoração).»

Farinha dos Santos, idem, idem.

- «2. Cerâmica tipicamente campaniforme, no que respeita a perfil e decoração.»

Victor S. Gonçalves, idem, idem

- «3. Cerâmica com decoração campaniforme (perfis variáveis).»

Farinha dos Santos, idem, idem

- «4. Cerâmica de perfis variáveis e decorações campaniformes.»

Victor S. Gonçalves, idem, idem

- «4. Cerâmica acampanada com motivos decorativos locais em predominância.»

Farinha dos Santos, idem, idem

- «3. Cerâmica acampanada, com domínio de motivos decorativos locais.»

5. *A Pré-História de M. Farinha dos Santos.* Se quisermos encontrar a ideologia que justifica certas observações é necessário (e útil), por vezes, ler nas entrelinhas. Tal não é sequer o caso da «Pré-História de Portugal», onde certos conceitos são facilmente identificáveis. Procurei escolher alguns casos flagrantes *et j'en passe*. Muito fáceis de encontrar, dispensam, assim o creio, busca mais longa.

5.1. A p. 32: «O aparecimento de leitões de conchas, por abrir, a pavimentar as sepulturas permite considerar a existência de um rito alimentar que prenuncia a crença em outra vida além da morte, ainda que se trate de uma concepção rudimentar, dada a ausência de espólio com significado votivo.»

A «ausência de espólio com significado votivo» está longe de significar ou ser sinónimo de concepções rudimentares. Pode, mesmo, traduzir uma espiritualização a tal ponto elevada que dispense o objecto «votivo». Certamente que o dr. Farinha dos Santos não considera o cristianismo um «culto rudimentar» e, no entanto, nele também, o «espólio com significado voti-

vo» está ausente das inumações. Ou é muito raro. Como Leroi-Gourhan acen- tuou, num livro a vários títulos admi- rável.

«L'homme préhistorique ne nous a laissé que des messages tronqués. Il a pu poser sur le sol un caillou quelconque à l'issue d'un long rituel où il offrait un foie de bison grillé sur un plat d'écorce peint à l'ocre. Les gestes, les paroles, le foie, le plateau ont disparu; quant au caillou, sauf un miracle, nous ne le distinguons pas des autres cailloux environnants.»

Por tudo isto, me parece imprudente emitir juízos de valor sobre a natureza das concepções do Homem pré-histórico Nunca o foi. Mas o livro de Leroi-Gourhan é uma advertência recente e responsável.

5.2. Pretendeu o dr. Farinha dos Santos que o seu trabalho fosse a condenação de uma certa «arqueologia» no que pretendeu seguir o exemplo clássico de Gordon Childe (*). Resta saber se a arqueologia do autor de

«Piecing together the Past» é realmente o que F. S. pensa que é.

Porque nenhuma reconstituição, nenhum largo pesquisar de ideias, nenhuma sequência justificada, nenhuma perspectiva ampla surgem neste livro. Ao longo das 174 páginas, admiravelmente ilustradas por J. Justo, Manuel Leitão e C. North, assistimos a um longo, e por vezes penoso, inventário de sítios arqueológicos, de utensílios, de investigadores. A sequência sobre a Pedra do Ouro (pp. 81-82) é, nessa perspectiva, um exemplo claro. Nenhuma escavação dita desse nome foi levada a efeito na Pedra do Ouro. Dizer que a estação é «característica do período campaniforme» é um arrojo despropositado. Compará-lo com Lébous é, sem citação esclarecedora, inesperado.

Num livro dedicado «à juventude», por natureza curiosa, não seria preferível ensiná-la a pensar, iniciá-la nessa leitura tão peculiar que é a arqueologia? Não será prematuro (ou perigoso?) o sistemático referenciar de estações arqueológicas até hoje relativamente protegidas?

Bastam-nos já, como destruidores de testemunhos arqueológicos, as pedreiras, os tractores, os bulldozers, os arqueólogos amadores. Bem desagradável surpresa seria termos de acrescentar à lista de «inimigos» alcateias de jovens escuteiros entusiastas, marchando, com o livro de Farinha dos Santos a servir de guia, em busca de cacos velhos ou machados de pedra a inclir em colecções de domingo.

Mas voltando ao trabalho de F. S.: onde a urgente leitura dos testemunhos

(*) F. S., 1971, p. 10: «Só eufemisticamente se pode chamar «fazer arqueologia» à procura desenfreada de peças depositadas no subsolo, pois tal actividade, além de nefasta, é passatempo, tão estéril como o de coleccionar caixas de fósforos»; Gordon Childe, «Piecing», London, 1956, p. 4, citado em «O Castro da Rotura e o Vaso Campaniforme», p. 155: «These are the sort of things in historians — are interested — human actions and thoughts. It is only because they are results of human behaviour, and therefore express human thinking, that archaeologists eagerly collect, scrupulously measure and record and systematically classify bits of junk and holes in the ground. This at once distinguishes archaeology from philately, the collection of relics from the collection of snuff-boxes.»

e a sua integração em esquemas humanos?

Porque dos nove capítulos de Farinha dos Santos o Homem está, triste é dizê-lo, ausente. Não o vemos construir abrigos nem enterrar os seus mortos. *Vemos abrigos e esqueletos, desordenadamente referenciados, mas ignoramos tudo o que está por detrás deles.*

A culpa será apenas do autor?

Seria má vontade afirmá-lo. M. Farinha dos Santos tem no seu *curriculum*, longo convívio com um homem para quem a arqueologia era terreno coutado. Para quem a aventura humana era absolutamente incompreensível e que recusando-se a publicar os materiais das largas dezenas de estações em que tocou, constituiu sério entrave ao desenvolvimento da arqueologia em Portugal.

De qualquer forma, se F. S. não adoptou outro tom, a tal não deve ser estranha toda a estrutura viciada da arqueologia portuguesa dos anos 60. Após a corajosa tentativa de Savory, a presente versão do trabalho de Farinha dos Santos não poderia deixar de ser, evidentemente, relegada para plano secundário.

Lisboa, Outubro de 1972.

Victor dos Santos Gonçalves

JÉAN-LOUIS ROUDIL, *A Idade do Bronze no Languedoc Oriental*, Paris, Ed. Klincksieck, Paris 1972.

Tenho na minha frente o tomo 10 das *Mémoires de la Société Préhisto-*

rique Française, publicado em 1972 com o auxílio do CNRS (1). Trata-se do livro de Jean-Louis Roudil, *L'Age du Bronze en Languedoc Oriental*.

Trabalho esperado, na linha de monografias anteriores, mas sobretudo, um trabalho indispensável para a compreensão dos complexos problemas levantados pela introdução do uso do Bronze numa região sem estanho.

Sobre o território agora estudado, um livro pioneiro (2) e numerosos artigos (3). Mas nenhuma síntese em termos verdadeiramente modernos fora ainda empreendida. E Roudil estrutura-a, ousadamente, não apenas sobre as abundantes recolhas de outros investigadores mas em trabalhos de campo por ele próprio efectuados em grutas da região (Prével, Travers, Roc du Midi, Hasard): «*il s'agit donc, le plus souvent, de documents inédits qui, dans le cadre de leurs sites respectifs, feront prochainement l'objet d'études monographiques détaillées*» (p. 16).

Resultado da síntese de enorme acervo factológico reunido sobre o Languedoc Oriental, completado e eventualmente controlado por pesquisas pessoais, eis um livro ambicioso mas que — e tal parece após uma leitura atenta fora de questão — alcançou plenamente os seus objectivos, tornan-

(1) Editado por Éditions Klincksieck, 11 Rue de Lille, Paris VII^e, 108 NF.

(2) M. Louis. — «*Préhistoire du Languedoc Méditerranéen et du Rossillon*», Nîmes, 1948.

(3) Sobressaindo os de Audibert, Arnal, Bailoud, Prades. Vejam-se as notas bibliográficas de Roudil às pp. 14 e 15.

do-se no que é: talvez o mais importante trabalho publicado nas duas últimas décadas sobre uma etapa cultural do Midi. Preparado, como facilmente se conclui e o próprio autor reconhece, pelos trabalhos pioneiros de Louis, apoiado nas investigações de Arnal e Audibert, dispondo do auxílio de Camps, Gros, do *Grupo dos Carvalhos Verdes*. Livro significativamente dedicado a Escalon de Fonton.

A ESTRUTURA DO TEXTO

Num tempo em que trabalhar em Arqueologia nem sempre implica o conhecimento das mais elementares regras de estruturação de pesquisa, num tempo em que qualquer agente técnico se julga capaz de dissertar sobre a estrutura das sociedades pré-históricas (com os resultados *mistos* que conhecemos), em que qualquer estudante (mesmo de Liceu) se permite (sempre impunemente e por vezes, até, com auxílio oficial) «fazer Arqueologia», em que ser arqueólogo é tantas vezes sinónimo de busca desenfreada de prestígio, a estrutura dada por Jean-Louis Roudil ao seu trabalho torna-o credor da nossa sincera admiração.

Após uma Introdução em que, rapidamente, traça os fins e os métodos, a problemática geral, e em que descreve o meio ambiente e seus recursos (pp. 11 a 19), compartimenta a sua exposição em três partes, correspondentes à divisão da Idade do Bronze em três períodos: Antigo, Médio e Final.

Sem dúvida que a consistência de esta periodização é hoje discutível, quanto mais não seja pelo seu artificialismo evidente. Mas trata-se, também, de esquema clássico e que foi de grande utilidade. Tenho presente a lição de François Bordes, que ainda bem recentemente demonstrou⁽⁴⁾ a facilidade com que uma estratigrafia cuidadosamente registada destrói as velhas convicções do necessário evoluir dos esquemas lineares. E a tripartição das culturas em períodos (Antigos, Médios, Recentes — de Juventude, de Apogeu, de Decadência) é tão antiga que a sua supervivência mereceria estudo à parte. E tão evidentemente *forçada* que se torna urgente a sua rectificação.

Mas o velho esquema, repito-o, tem-se verificado útil e um só especialista não chegaria para, de uma penada, destruir o mito e criar uma nova sequência, mais adaptada que esta à complexidade do real, assim inevitavelmente estrangulado num simplismo perigoso.

A noção de Bronze Antigo, Médio e Final deveria, portanto, a meu ver, enviar-nos para períodos quando muito cronológicos e de modo algum especificamente culturais. Esta, a única possibilidade de conservar o esquema adoptado. Roudil ladeou o problema e fez coincidir com cada uma das suas subdivisões as principais vagas de influências vindas do exterior. É um cri-

⁽⁴⁾ Ver, por exemplo, *World Archaeology*, Vol. 2, n.º 1, June 1970, pp. 61-73.

tério perfeitamente defensável. Teria sido, porém, interessante fugir a implicações de evolução tipológica (aliás existente mas não coincidindo necessariamente com a sdivisões propostas)

ou a uma rígida compartimentação cultural. O estudo dos três períodos faz-se através de esquemas semelhantes. Reproduzo e comparo a forma de aproximação adoptada pelo Autor.

QUADRO 1

Bronze antigo	Bronze médio	Bronze final
A. Problemas gerais e conceitos cronológicos	A. Definição e limites cronológicos	A. Problemas gerais e conceitos cronológicos
B. Civilização Material	B. Civilização Material	B. O Bronze Final I C. O Bronze Final II D. O Bronze Final III
C. Vida espiritual, Economia	C. Vida espiritual, Economia	E. Vida económica e espiritual
D. Características civilizacionais gerais	D. Economia, Comércio, Circulação	F. Conclusão Geral

QUADRO 2

Civilização Material	I. Cerâmica 1. Formas 2. Decoração 3. As <i>queijeiras</i> II. Metal III. Objectos não metálicos de adorno pessoal
Vida Espiritual, Economia	I. Ritos funerários II. Habitats III. Economia e Circulação

(O esquema imediatamente anterior refere-se ao Bronze Médio mas, com variantes ligeiras, foi também aplicado ao Bronze Antigo e Final. As subdivisões adaptam-se, na maior parte dos casos habilmente, à necessidade de perseguir de perto a fugidia realidade arqueológica).

OS TRÊS PERÍODOS DA IDADE DO BRONZE

O estudo do primeiro quadro dispensa comentários. No entanto, penso de interesse sublinhar a significativa associação de actividades económicas e «vida espiritual» sob uma única categoria de aproximação. Mas a pru-

dência que o Autor assume impede-o do que seria um fascinante entreligar domínios. Dois subsistemas culturais de enorme significado para a estabilidade ecológica do homem pré-histórico e de relações ainda por traçar com isenção (se exceptuarmos as admiráveis *Réligions de la Préhistoire*). Mas quanta dificuldade na sua apreensão! Compreende-se a atitude de Roudil que, enunciando uma posição, preferiu não a comprometer com demonstrações cuja solidez teria de ser basáltica.

A conclusão da análise do Bronze Antigo, coloca-a o Autor na linha de Audibert: «*l'événement capital qui marque le début de l'Age du Bronze est, sur le plan culturel, le passage du Languedoc méditerranéen, resté traditionnellement depuis le début du Néolithique, dans la zone d'influence européenne où il demeurera jusqu'à l'installation des premiers comptoirs grecs sur le littoral.*» (p. 86).

O Bronze Médio marca, porém, uma «relativa estagnação» (p. 135). De notar o aparecimento (ou a multiplicação, numa linha sempre presente desde o chasseur?) das *queijeiras* (5), sintomático de uma importância crescente do leite e de um seu melhor aproveitamento.

O uso do sílex declina rapidamente com a difusão do apreço pelo instrumento plurifuncional e reaproveitável

que é o pequeno punhal de rebites. Mas «*le métal ne fait son entrée véritable dans la vie économique et ne devient courant qu'à partir du Quinzième siècle avant notre ère. Sa solidité à l'usage, son admirable aptitude à la refonte permettant des réutilisations en nombre illimité, nous ont sans doute privé d'un nombre très important d'objets*» (p. 134).

E é relevante notarmos a conclusão que se impõe ao Autor, a propósito do Bronze Final: «*Si la civilisation du Bronze Final doit l'essentiel de ses éléments aux groupes des champs d'urnes de l'Est, il paraît certain que sur le plan spirituel le substrat local reprit très vite de la force au point de s'imposer même aux nouveaux venus. Ces faits montrent que le patrimoine spirituel d'une civilisation est ce qu'elle présente de plus durable en fin de compte, et le phénomène n'est pas spécifique du Bronze Final. Pendant tout l'Age du Bronze, les populations du Languedoc semblent avoir assimilé toutes les nouveautés, sans jamais renoncer à l'essentiel de leurs culture profonde.*» (p. 210).

A CONCLUSÃO GERAL

Alguns pontos da *Conclusion Générale* do livro de Jean-Louis Roudil merecem atenção particular. Enumero alguns:

1. A Idade do Bronze no Languedoc Oriental é «*sur le plan culturel, bien plus une phase de transition entre le*

(5) Trata-se de um objecto cerâmico com a mesma interpretação funcional das *queijeiras* da nossa Primeira Idade dos Metais, bem conhecidas na Pedra d'Ouro, na Rotura ou no Zambujal, por exemplo. Exemplar completo no Cerro del Berruoco. A palavra usada por Roudil é *faisnelles*.

Chalcolithique et l'Age du Fer qu'une période d'épanouissement régional.» (p. 216).

2. Os três períodos da Idade do Bronze são marcados por três grandes grupos individualizados de importações culturais.

No Bronze Antigo — cerâmica e objectos de bronze vindos da «*Civilização do Ródano*».

No Bronze Médio — domínio das influências «*itálicas*», visíveis sobretudo nos perfis e na decoração cerâmica.

No Bronze Final — incursões dos grupos setentrionais dos campos de urnas, primeiro tornando mais intenso o uso do metal, e, finalmente, deslocções e movimentos colonizadores «*dont l'ampleur ethnique est difficile à évaluer*» (p. 217).

3. Se as influências exteriores ao Languedoc são, no domínio da Cultura Material, velozmente aceites, assimiladas e, por fim, absorvidas pelas estruturas pré-existentes, no campo das manifestações de cultura não material há uma verdadeira conservação dos costumes locais. Tal deve-se, assim o pensa Roudil, ao significado múltiplo e ao atractivo do uso do metal e da cerâmica dos «*invasores*», estética e funcionalmente mais aperfeiçoada.

Mas um curioso problema se põe: a região não revelou, até ao presente momento, um único molde para metal (p. 220) e o estanho está completamente ausente do Midi. Importação de artigos metálicos já manufacturados

parece ser a possível resposta. Conchas, Gado e Cobre seriam os prováveis elementos de troca de que os homens do Languedoc dispunham. O desenvolvimento do comércio, imposto pela Revolução Agrária e considerável nos tempos calcolíticos (tenha-se presente a rápida difusão da «*moda campaniforme*»), encarregou-se da distribuição de produtos provenientes de outras regiões.

A cultura não material, muito mais estável, não se ressentiu, aparentemente, destas importações, tanto mais que só nas últimas fases elas são acompanhadas por significativas deslocções de povos.

4. A *vocação mediterrânica* do Languedoc é consideravelmente matizada durante o Bronze Antigo, Médio e Final como consequência de esse «*véritable tournant qui la détache du grand foyer culturel de la Méditerranée pour l'ouvrir largement aux apports continentaux qui ne seront jamais exclusifs*» (p. 223).

5. E Roudil de concluir, com sageza, que apesar das naturais dificuldades de interpretação é de admitir a existência de uma síntese efectiva, na esfera da cultura material. As manifestações do sagrado, essas, partem do Calcolítico indígena e sobrevivem ainda nos princípios da Idade do Ferro. A sua permeabilidade a influências estranhas está ainda aberta à discussão (mas Roudil parece peremptório ao sublinhar as suas características decididamente locais).

NOTA FINAL

As 302 páginas do livro de Jean-Louis Roudil apresentam-nos 109 figuras no texto e 27 Estampas. Se as últimas são irrepreensíveis tal não se poderá, talvez, dizer das primeiras. Mas a qualidade e fina percepção de um Laurent são muito difíceis de atingir e a ilustração serve *realmente* o texto, o que é o mais importante, afinal. Ilustração, aliás bastante completa e pluriforme, incluindo desenhos de peças, mapas de distribuição dos objectos, cortes estratigráficos, quadros recapitulativos de perfis e decorações cerâmicas, quadros de conjunto (sobre a evolução cultural), cronológicos e, a fechar, um *Tableau schématique des diverses influences étrangères*.

Um Apêndice tetrapartido publica observações sobre a Arte na Idade do Bronze (1), elementos paleoclimáticos e paleobotânicos (2 e 3) e apresenta 36 análises metalográficas (4).

Excelentes e muito abundantes referências bibliográficas em pé-de-página e uma boa Bibliografia Geral são completadas por um inventário dos sítios, um Index dos objectos estudados ou referidos, e uma vasta Bibliografia Regional, constituindo o todo um magnífico conjunto documental cuja organização e publicação traduzem uma preocupação metodológica pouco comum em Arqueologia.

*

A crítica geral a «*L'Age du Bronze en Languedoc Oriental*» é, pois, largamente favorável ao seu autor.

Observações de pormenor seriam, naturalmente, fáceis de fazer mas traduziriam mais divergências de opinião ou diferentes tradições de pesquisa que uma verdadeira oposição.

Metodologicamente (e excluindo alguns pontos da estrutura, não rigorosamente constante nas diversas partes paralelas) o livro de Roudil é admirável. Sob o prisma das interpretações possíveis, ele é uma lição de dignidade e humildade que deve ser retida.

Luanda, Fevereiro de 1973.

Victor dos Santos Gonçalves

A citação que abre esta primeira série de «Livros Novos, Notas Críticas» é extraída de Écrits I, Jacques Lacan, Seuil, Paris, éd. de 1970, p. 224 (conferência intitulada La chose freudienne ou Sens du retour à Freud en psychanalyse, pronunciada na clínica Neuro-Psiquiátrica de Viena em 7/Nov./1955).

JOSÉ RAMON y FERNANDEZ OXEA,
Geografía Popular Toledana, Madrid, 1965, 165 pp.

Através de textos de poesia popular, de ditados tópicos e de cantares irónicos e castigadores, podemos fazer ideia da zona geográfica de Toledo e do sentimento de rivalidade das várias populações que a habitam.

As frequentes alusões aos caminhos e distâncias, à riqueza ou pobreza da região, aos montes e aldeias, aos meios económicos dos camponeses e forma de gastar ou guardar, ao isolamento e dificuldade de contactos sociais, à boa ou má vizinhança de aldeias próximas justificam o título desta obra, especialmente útil para um estudo comparado.

J. L. PEREZ DE CASTRO, *La Adivinanza en Asturias*, sep. do n.º 75 do «Boletim del Instituto de Estudios Asturianos», Oviedo, 1972, 84 pp.

Importante estudo comparado de magia e adivinhação, que oferece ao estudioso deste campo da Etnologia uma criteriosa resenha de elementos.

O estudo apresentado impõe-se também pela metodologia seguida e pela importante bibliografia utilizada.

NIEVES DE HOYOS, *Algo Sobre Carnavales en Iberoamerica*, sep. dos n.ºs 119-122 da «Revista de Indias», Madrid, 1970, pp. 397-314.

Apoiada por excelente bibliografia, a A. dá-nos uma síntese das manifestações carnavalescas dos países da América onde penetrou e se radicou ou aculturou a influência da Península Ibérica, desde a expansão marítima de Portugal e Espanha.

NIEVES DE HOYOS SANCHO, *Objectos Representativos de la Provincia de Santander, existentes en el Museo del Pueblo Español (Madrid)*, sep. de «Publicaciones del Instituto de Etnografía y Folklore» (Diputación Provincial de Santander), vol. II, 1970, pp. 23-49, il.

No presente opúsculo, a A. faz a resenha histórica do Museo del Pueblo Español, de Madrid, no qual trabalha

desveladamente, a exemplo de seu falecido pai, fundador e primeiro director deste museu, o ilustre etnógrafo Luis de Hoyos Sainz.

O povo espanhol, a sua habitação, o seu trabalho, os seus costumes e festas, o seu trajo e indústrias foram as motivações que levaram Luiz de Hoyos Sainz a criar este museu. Valeu-se da ajuda de competentes comissários regionais espalhados por toda a Espanha. A selecção e recolha científica dos materiais que haviam de constituir o recheio do futuro museu foram realizadas, portanto, de forma eficiente e conscienciosa.

Neste opúsculo faz-se referência aos materiais mais representativos da Província de Santander, desde os tecidos e trajos, às alfaias e objectos de uso doméstico.

Margarida Ribeiro

MÁRIO CARDOZO, *Catálogo do Museu de Martins Sarmiento — Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga*, 2.ª edição (ilustrada), Guimarães, 1972, XVII + 231 pp.

*Um trabalho
de elevado interesse cultural*

É por demais conhecida a obra a todos os títulos extraordinária que a Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães, tem levado a cabo. Contudo, sem desprimor para os seus dirigentes e associados, cremos não ser injusto dizer que ao espírito empreendedor e

incansável do Sr. Cor. Mário Cardozo se devem algumas das mais importantes iniciativas a que a Sociedade tem posto ombros. Desde as escavações periódicas na Citânia de Briteiros à conservação das espécies recolhidas e, sobretudo, à sua divulgação através de artigos e publicações de grande rigor científico e oportunidade cultural — os trabalhos de Mário Cardozo impõem-no, sem favor, à consideração e ao imenso carinho de todos nós.

Vêm estas considerações a propósito da obra em epígrafe.

De cuidada apresentação tipográfica, profusa e excelentemente ilustrado, este Catálogo é mais do que um catálogo — constitui enorme repositório de elementos de estudo do maior interesse, pacientemente recolhidos ao longo de muitos anos de investigação e cuja consulta consideramos imprescindível para quem pretenda saber alguma coisa da epigrafia latina e, até, da arqueologia proto-histórica peninsulares.

Poderão parecer gratuitas e, quiçá, exageradas as observações suso escritas. Demonstremos que o não são.

— - —

A edição abre com um *prefácio* modestamente intitulado «Algumas notas para a história do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento». Alude-se aí à falta «deplorável» que o Catálogo fazia, porquanto a 1.^a edi-

ção, de 1935, prontamente se esgotara. Esta 2.^a edição, possível graças ao subsídio da Fundação Gulbenkian, sai remodelada, por existirem novos «espécimes epigráficos» e por se dispor actualmente de «maior número de informações bibliográficas». É apontada a necessidade premente de criar no Museu um laboratório, com técnicos competentes — problema grave, por causa do elevado grau de humidade da região. Solicita-se, para tal, a cooperação do Estado. «A nova edição do catálogo do Museu (...) — escreve M. Cardozo — oferece, além da utilidade informativa (...), a vantagem de constituir um elemento eficaz de propaganda, aliás particularmente necessária para estrangeiros, e de chamar também a atenção e o carinho do Estado para a importância deste Museu, como instituição de Cultura que honra o País».

Menciona-se, depois, o tipo de espólio apresentado e sua proveniência.

Numa segunda parte, M. Cardozo dá-nos um registo acabado da vida do Museu, enriquecido por inúmeras notas de rodapé, grande manancial de documentação.

— - —

Após indicar as abreviaturas das obras mais citadas, inserem-se três «notas importantes», indicando como se deve consultar o volume.

A primeira nota salienta que, na leitura e reconstituição dos textos epigráficos, se segue a lição do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (elaborado por

Hübner há mais de cem anos). No entanto, embora Mário Cardozo afirme que muitas dessas leituras *carecem de revisão* e embora compreendamos a sua posição — uma vez que não se quer considerar epigrafista — discordamos dessa orientação, porque (em nosso entender) alguns estudos posteriores a Hübner trouxeram precisamente essa carecida revisão. Estamos a pensar sobretudo no capítulo das inscrições às divindades indígenas, que estudámos em 1969 («Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal», Faculdade de Letras de Lisboa) e em 1970 (in «Revista de Guimarães», vol. LXXX, pp. 207-238, trabalho não citado por M. Cardozo por este Catálogo já estar então no prelo).

Esta observação não pode, contudo, diminuir — de forma alguma! — a tarefa empreendida, pois o rigor científico como cada peça é tratada (inscrição, leitura, dimensões, interpretação, observações, bibliografia) constitui precioso auxílio para quem, em qualquer momento, se disponha a estudá-las de novo. Além do mais, na quase tota-

lidade dos casos, os elementos são acompanhados por fotografia.

O volume tem os seguintes *capítulos*: inscrições da Citânia de Briteiros e proximidades; aras votivas e outros monumentos consagrados a divindades indígenas romanizadas e (outro capítulo) do Panteão Romano; aras anepígrafas; inscrições honoríficas e monumentais; marcos miliários; inscrições sepulcrais; monumentos funerários anepígrafos; esculturas; arte ornamental; emblemas e objectos de uso industrial; pedras de armas. Tem índice de tónimos, antropónimos e etnónimos, bem como das localidades de procedência dos monumentos.

— - —

Trata-se, pois, duma obra de elevado interesse cultural.

A Mário Cardozo manifestamos o nosso apreço e incondicional aplauso. Oxalá este seu Catálogo contribua para que a ingente acção da Sociedade Martins Sarmento seja, como é jus, por todos acarinhada e apoiada, oficial e particularmente.

José d'Encarnação